

A PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS COMO PROPOSTA PARA SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL ATIVO

TOMAZ, Lourenço Kallil⁽¹⁾ ; ALMEIDA, Joseane da S.⁽²⁾; MEDVEDOVSKI, Nirce S.⁽³⁾

(1) Universidade Federal de Pelotas, e-mail: lourencoktomaz@gmail.com

(2) Secretaria de Gestão Urbana, Prefeitura Municipal de Pelotas. e-mail: joseanedasilvaalmeida@gmail.com

(3) Universidade Federal de Pelotas, e-mail: nirce.sul@gmail.com

Resumo: *A produção de Habitações de Interesse Social, bem como o uso e a manutenção de seus produtos, se mostra insatisfatória aos seus usuários. Essa insatisfação é consequência da inadequação do modelo de habitação proposto pelos programas do Governo Federal às reais necessidades e desejos dos usuários. Considerando a necessidade do enfrentamento das deficiências desse sistema produtivo, este trabalho propõe uma reflexão sobre o modo de produção vigente e sobre a participação do usuário no meio em que está inserido. Além disso, o estudo analisa a proposta da Tecnologia Social e verifica a possibilidade de aplicação deste modelo à produção de habitações. O trabalho está inserido na pesquisa de rede nacional, morar.ts, financiada pelo FINEP, que tem como objetivo o Desenvolvimento de Tecnologia Social para construção, recuperação e manutenção e uso sustentável da moradia, especialmente de interesse social, bem como para a solução de problemas em áreas de risco ambiental.*

Palavras-chave: *Tecnologia Social; Participação do usuário; Produção de habitação;*

Abstract: *The production of social housing, as well the operation and maintenance of its products, shows itself unsatisfactory to its users. This dissatisfaction is due to the inadequacy of the model of housing proposed by the Federal Government programs to the real needs and desires of users. Considering the necessity of confronting the shortcomings of this system of production, this paper proposes a reflection about the existing mode of production and about the user participation. Furthermore, the study analyzes the proposal of Social Technology and checks the possibility of applying this model to the production of housing. This work is part of a national research, morar.ts, funded by FINEP, which aims at the development of Social Technology for construction, maintenance and recovery and sustainable use of housing, especially social interest, as well as solutions for problems in areas of environmental risk.*

Keywords: *Social Technology, User participation; Housing production.*

1. INTRODUÇÃO

As pessoas desenvolvem suas atividades básicas dentro da sua habitação. Esta, exerce funções sociais, econômicas e ambientais e é indispensável, por esses motivos, para o desenvolvimento humano de forma sustentável.

O conceito de Adequada Habitação, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul em 1966, compreende: 1. adequada privacidade, adequado espaço, acesso físico, adequada segurança incluindo a garantia de posse, durabilidade e estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação; 2. adequada infra-estrutura básica, fornecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, apropriada qualidade ambiental e de saúde, adequada

localização com relação ao trabalho e serviços básicos; 3. que esses componentes tenham um custo acessível para todos. Estes aspectos interferem não somente nas condições de moradia, mas também nas condições de trabalho e no acesso a financiamentos e serviços públicos e à infra-estrutura urbana, conforme aponta o IEH (Instituto de Estudios del Hambre) – para o qual, a falta da moradia pode ser vista tanto como uma consequência da pobreza como uma de suas principais causas. A baixa renda e o desemprego impossibilitam que as famílias comprem ou construam sua habitação, e a falta de garantia de posse dificulta o acesso dessas famílias a recursos, serviços públicos e oportunidades econômicas e sociais (IEH, Outubro de 2009).

Para o atendimento destes conceitos, é necessário que o ambiente construído seja adequado às necessidades específicas do usuário, ou seja, que seja satisfatório ao usuário, e, garanta uma qualidade mínima de vida.

2. JUSTIFICATIVA

As soluções habitacionais oferecidas pelo Governo Federal como medidas para suprir a carência habitacional não atendem às necessidades locais e específicas dos moradores e, por isso, são insatisfatórias. A “medida da satisfação” é dada pela aproximação entre o ambiente real percebido e o ambiente desejado ou ideal. A satisfação do usuário, ou morador, como critério da avaliação de desempenho tem sido utilizada por vários autores para analisar as relações entre aspectos do ambiente construído e o usuário (MEDVEDOVSKI, 2007 apud. COSWIG, 2011). Devem ser compreendidas as variáveis que influenciam nas avaliações dos usuários: composicionais (classe social, nível de renda, entre outras) e contextuais (características físicas do ambiente). Reis e Lay (1995, p. 9) apud. Coswig (2011), destacam ainda, sobre a satisfação, duas possíveis utilizações principais: a primeira, como forma de determinar o nível de satisfação do usuário com relação a determinado aspecto do ambiente, para avaliar seu desempenho; a segunda, como determinação da correlação existente entre o nível de satisfação com determinado aspecto e o nível de satisfação com a unidade habitacional como todo, de maneira a indicar o grau de importância daquele aspecto sobre a satisfação do morador com a sua habitação. Este trabalho se atém à satisfação do usuário com a habitação como todo, compreendendo que a habitação e sua inserção urbana é que colaboram para o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, a deficiência do aspecto qualitativo da habitação social tem seu início antes mesmo da execução dos projetos, uma vez em que não acontece a participação do usuário, na maioria dos casos, nem na elaboração do programa de necessidades, nem no desenvolvimento de propostas, sendo o usuário, assim, excluído de todo o processo de produção.

3. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar o tema da participação do usuário, em especial para produção de habitações sociais, como proposta para sua inserção no cenário econômico e social ativo. O estudo compreende parte do Subprojeto II, que tem como objetivo geral propor uma abordagem de Tecnologia Social (TS) nas políticas públicas de Habitações de Interesse Social (HIS). Este Subprojeto compõe uma pesquisa de rede nacional, *morar.ts*, que tem como objetivo o Desenvolvimento de TS para construção, recuperação e manutenção e uso sustentável da moradia, especialmente de interesse social, bem como para a solução de problemas em áreas de risco ambiental.

4. MÉTODOS E MATERIAIS

Para a compreensão do tema principal da pesquisa: TS, utilizou-se do método de revisão bibliográfica. Foram obtidas variáveis como condicionantes para a geração de Tecnologia Social a fim de elaborar uma tabela com o objetivo de comparar autores e experiências precedentes e analisar o entendimento de cada um dos casos sobre as variáveis. Além disso, com a compreensão da importância da participação do usuário para a geração de TS, partiu-se para a verificação do tema da participação.

Os resultados da análise e as conclusões obtidas a partir da tabela serão base para a elaboração de um texto básico para a definição e construção de um marco teórico sobre TS aplicado à HIS, finalizando a primeira meta da pesquisa.

5. RESULTADOS

5.1. Reflexão acerca dos sistemas produtivo e tecnológico vigentes – não específico à produção de habitações – e proposta de um modelo de produção e desenvolvimento sustentável.

Conforme Dagnino (2010), a TS deve ser entendida como tecnologia que promove a inclusão social. Não como um produto, mas como um processo de transformação social. Para isso, ela deve ser gerada e aplicada de maneira oposta à Tecnologia Convencional (TC), que é responsável pela assimetria existente na sociedade. Dentre as características de TC, a sua visão lucrativa exprime decisões que desvalorizam o ser humano em busca de maior produtividade e lucro. Dagnino discute o conceito de produtividade, o qual afirma que a empresa mais produtiva é aquela que diminui a mão de obra em maior proporção que diminui a sua produção, sendo assim geradora de desemprego. Pode-se considerar também a desvantagem inerente em que se encontra o pequeno produtor com relação ao produtor que tem mais recursos, uma vez que quando aquele alcançar certa tecnologia, este já estará investindo em uma tecnologia ainda mais avançada.

Os trabalhadores sofrem uma alienação dentro das empresas, já que a sua capacidade e criatividade não são observadas ou validadas no sistema produtivo e decisivo do empreendimento. Para isso, a tecnologia social propõe um modelo chamado empreendimento autogestionário (EA), que é voltado para o mercado interno, adaptado ao pequeno tamanho físico e econômico, e nele, todo o potencial cognitivo do trabalhador é explorado, deixando de ter como visão o lucro, para que o ser humano seja incluído e valorizado.

A TS não é replicável – o objetivo é que as comunidades locais desenvolvam sua própria tecnologia, de acordo com a sua realidade e as suas necessidades – mas torna-se reapplicável para os grupos sociais que vivem nas mesmas condições que os geradores. A ideia de exploração da capacidade criativa do usuário nas soluções de moradia já era defendida por Pelli (1997 e 2007), que propunha a participação limitada de assistência técnica na geração de tecnologia, havendo, assim uma estimulação para o desenvolvimento cognitivo dos usuários.

Quanto à geração de tecnologias, é proposto uma geração coletiva de conhecimento (Construção Sociotécnica), para que as necessidades sejam atacadas pelo ponto de vista daqueles que vivem tal realidade. A TS prevê o exercício de um ator-rede, que compreende desde engenheiros até moradores. Isso faz com que técnico e social estejam ligados. As decisões devem ser negociadas entre os atores, sem que um deles tenha maior relevância no momento decisivo do projeto (DAGNINO, 2010).

Quanto às HIS, o interesse social traz consigo a necessária preocupação com a inclusão social, além da oportunidade de acesso a unidade habitacional em si, conforme a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001), que prevê a habitação efetivamente como um direito básico da população brasileira, por isso, é inclusiva, já que

“inclusão social” pode ser compreendida como melhoria nas condições de vida das famílias e comunidades, como ponto de partida para a redução das desigualdades sociais.

Por isso, a habitação tanto é indispensável para uma transformação social através do olhar de TS como pode ser um grande campo de implantação da mesma.

5.2. Reflexão sobre a formação do cidadão e a sua percepção do meio em que está inserido

Nos últimos trinta anos, o Brasil sofreu um fenômeno que gerou consequências críticas: um acelerado processo de urbanização que transferiu a maioria absoluta da população rural para as cidades. Ao mesmo tempo, o modelo econômico da época direcionava os investimentos públicos para obras de infraestrutura e financiamentos de industrialização e automatização das empresas. Com a carência de assistência aos setores sociais, a urbanização do país se deu de forma desordenada e rápida (VARGAS, 2004). Além disso, do ponto de vista da produtividade, a escolarização não era requisito básico para a mão-de-obra, afinal, a produção em série e “mecânica” realizada pelos operários não exigia compreensão da produção.

Sobre a Educação no país, Vargas (2004) apresenta três sistemas de organização e ensino: Otimismo Ingênuo, o qual atribui à escola toda autonomia como alavanca para o progresso, sendo, inclusive, capaz de extinguir a pobreza; Pessimismo Ingênuo, no qual a educação tem a função servir o poder elitista, como um instrumento de dominação, onde o seu usuário torna-se cego e ignorante à realidade; e por fim, Otimismo Crítico, onde a escola, mesmo que controlada, permita espaços para inovação e questionamentos daquilo que é produzido.

Enfim, o autor defende que a transformação social tem seu início na educação. Para ele, os alunos devem ser capacitados e estimulados a reconhecer sua realidade e, a partir dessa compreensão, modificá-la. Por isso, se o cidadão não tiver boa formação, não será capaz de perceber suas necessidades e de analisar o seu meio, menos ainda de praticar qualquer ação que venha a modificá-la. Nisso se dá a relevância de repensar a educação para a produção de TS.

5.3. Uso de métodos participativos como ferramenta para reconhecimento do usuário de suas próprias necessidades

Os métodos de participação no diagnóstico de necessidades tem, basicamente, duas aplicações: para o reconhecimento do próprio usuário com relação ao meio em que vive e, para o reconhecimento da realidade local pela equipe técnica.

O primeiro caso acontece quando o usuário não se mostra capaz de perceber suas necessidades. Nele, o método de participação se torna estímulo para que aconteça esse reconhecimento. Como exemplo: a aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), na região da Balsa em Pelotas/RS serviu para reflexão da população local que percebeu a ausência de arborização no bairro e a consequente deficiência para a qualidade do ambiente. Essa aplicação se deu, portanto, de forma a estimular o próprio usuário a conhecer o seu meio e, indiretamente, participar da elaboração de uma ação de requalificação urbana satisfatória.

5.4. Outros resultados

Quanto à sustentabilidade (econômica, social e ambiental), Dagnino aponta que a TS é voltada para o mercado interno, adaptada ao pequeno tamanho físico e econômico, e nela, todo o potencial cognitivo do trabalhador é explorado, para que o ser humano seja incluído e valorizado. Nesse modelo, a sustentabilidade acontece através do incentivo ao

desenvolvimento interno, e da busca por uso de materiais e mão-de-obra local.

Na produção de HIS, além desses instrumentos para a sustentabilidade, se estende a possibilidade de geração de emprego e renda com a alternativa de comércio e prestação de serviços inseridos no próprio conjunto habitacional, como é o caso das cooperativas uruguais associadas à FUCVAM (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua), que se atentam a proposta participativa observando todas essas condicionantes, buscando a sustentabilidade.

6. CONCLUSÕES

A definição de Tecnologia Social se mostra complexa e parcialmente entendida em cada caso estudado, de acordo com o objetivo de cada um deles.

Alguns conceitos compreendidos, como: contextualização para a geração de tecnologia; possibilidade de reaplicação; participação compreendida do usuário no sistema produtivo e geração de emprego e renda, direta ou indiretamente – o que direciona o empreendimento para a sustentabilidade econômica – são conceitos em comum a todos os casos analisados. A diferenciação ocorre também no modo de aplicação desses conceitos e na relevância que cada um tem para cada caso. Como exemplo genérico: Em alguns casos, a participação do usuário ocorre desde a definição de necessidades; em outros, o usuário participa a partir da negociação de propostas e em outros, ainda, a participação acontece somente na execução das ações propostas.

Além disso, a conceituação existente do tema abordado não é específica à produção de HIS, isso revela a importância deste trabalho.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo, EPUSP, 1995. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos** – 3ª ed. – Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2002.
- Boletim Temático sobre Tecnologias Sociais: Tema 5: Habitação. **Instituto de Estudios del Hambre**, Madrid, Espanha, p. 1 - 6, 2009
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional: Brasília, 1988. Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 - Estatuto da Cidade, 2001.
- COSWIG, Mateus Treptow. Dissertação de mestrado “**A utilização de aparatos de segurança e a satisfação dos usuários de habitação de interesse social: um estudo de caso para o PAR em Pelotas, RS.**” Pelotas/RS. 2011
- DAGNINO, Renato, (Org.). **Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade** – 2.ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Komedi, 2010.
- MEDVEDOVSKI, N. S.: A Vida sem condomínio: Configuração e Serviços Públicos Urbanos em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Universidade de São Paulo, São Paulo : 1998, 487p.
- MEDVEDOVSKI, N. S. ; COSWIG, M. T. ; ROESLER, S. ; SILVA, F.C.da ; SHELMIM, L.de L. . **Proprietários X Arrendatários: Análise do processo de mudança nas atribuições das administradoras no Programa de Arrendamento Residencial**. In: XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2008, Fortaleza. Anais XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Fortaleza : ANTAC, 2008. p. 1- 11.
- PELLI, Victor Saúl. La Necesidad de clarificación y replicabilidad. **Vivienda Popular**, Montevideo, Uruguay, p. 35 - 45, 1997.
- PELLI, Victor Saúl. **Habitar, participar, pertenecer: acceder a la vivienda: incluirse en la sociedad** – 1ª ed. – Buenos Aires, Argentina: Nobuko, 2007.
- SANTOS, Ailton Dias dos, (org.). **Metodologias participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais** – 1ª ed. – Petrópolis, SP: Editora Petrópolis, 2005.
- VARGAS, Heliana Comin, (org.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana** – 1ª ed. – São Paulo, SP: Edusp, 2004.